

PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI Nº 12 de 07/03/2025 “*Denomina Avenida Dionésio José Costa o trecho da Rodovia MG-270, transferido ao município de Carmópolis de Minas/MG, conforme Termo de transferência n 028/2024 celebrado entre o DER-MG e o município.*”

1-Relatório:

Trata-se de solicitação de parecer realizada pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas/MG sobre a legalidade, constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 12/2025, que “*Denomina Avenida Dionésio José Costa o trecho da Rodovia MG-270, transferido ao município de Carmópolis de Minas/MG, conforme Termo de transferência n 028/2024 celebrado entre o DER-MG e o município.*”

Não consta pedido de urgência.

Diante do exposto, passo a opinar.

2-Objetivo do Projeto:

O presente Projeto de Lei tem por objetivo denominar via pública no trecho da Rodovia MG-270, transferido ao município de Carmópolis de Minas, Termo de transferência n 028/2024 celebrado entre o DER-MG e o município, com interveniência da Seinfra e da CODEMGE/CODEMIG (Objeto: Transferência de domínio para o município, nos termos do art. 4º da Lei Estadual nº 24.601, de 11 de dezembro de 2023, do trecho da rodovia MG-270, entroncamento BR-381, Carmópolis de Minas-Passa Tempo, com extensão de 2,2km, destinada à instalação de via urbana, a ser mantida e conservada pelo município)

Na justificativa o proponente conta que Dionésio José Costa foi pessoa de relevante contribuição para o município de Carmópolis de Minas, e faz um resumo de sua vida.

3- Fundamentação:

Inicialmente, verificamos que o projeto analisado é de competência municipal em face do que dispõe o art. 30, inciso I, da Constituição Federal, c/c art. 171, I, alínea

c da Constituição Mineira e art. 35, XIV c/c art. 67, XX da LOM. Extrai-se da justificativa o preenchimento do disposto no art. 196 da Lei Orgânica Municipal.

O Supremo Tribunal Federal fixou a seguinte tese de Repercussão Geral:

"É comum aos poderes Executivo (decreto) e Legislativo (lei formal) a competência destinada a denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, cada qual no âmbito de suas atribuições" (STF - RE: 1151237 SP - SÃO PAULO 2182767-79.2017.8.26.0000, Relator: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 03/10/2019, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-248 12-11-2019)

Portanto, o entendimento do STF corrobora que os projetos de denominação de rua podem ser iniciados no Poder Legislativo, em conformidade também com o que dispõe o art. 67, inciso XX da Lei Orgânica Municipal.

Tudo posto, o projeto preenche os requisitos legais, salvo melhor juízo.

a) Tramitação e Votação:

A tramitação e votação deverá ocorrer em turno único conforme art. 119 do Regimento Interno.

b) Quórum:

O quórum exigido é de maioria simples.

c) Pareceres das Comissões da Câmara Municipal:

Sobre a presente matéria deverá se manifestar a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, conforme art. 76, I e art. 123 do Regimento Interno.

4- Do Mérito:

O mérito do projeto, deverá ser analisado pelos senhores Vereadores, porém, verificamos que os dispositivos previstos no mesmo são compatíveis com a legislação em vigor, e não contém vícios de inconstitucionalidade ou de ilegalidade que possam obstruir sua tramitação até sua apreciação pelo Plenário da Câmara.

5- Conclusão:

Pelo exposto, opinamos pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 12/2025, que Projeto de Lei nº 12/2025, que *“Denomina Avenida Dionésio José Costa o trecho da Rodovia MG-270, transferido ao município de Carmópolis de Minas/MG, conforme Termo de transferência n 028/2024 celebrado entre o DER-MG e o município.”* estando o mesmo em condições de ser apreciado e votado pela sua forma original.

É o parecer que submetemos à apreciação de V. Exa, S.M.J

Carmópolis de Minas, 19 de março de 2025.

LUCAS ABDO REIS
OAB/MG 155.438
ASSESSOR JURÍDICO